

Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público *RCPG*

1º Trimestre

Brasília, DF.

RCPG

2018

MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Blairo Borges Maggi

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Eumar Roberto Novacki

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO

Marcus Vinicius Severo de Souza Pereira

COORDENADOR DE CONTABILIDADE

Alberto Jeronimo Pereira

EQUIPE TÉCNICA

DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO CONTÁBIL

José Calazans dos Santos

Alan Rodrigues Pinheiro

Alexandra Holanda Jaber

Divino Lúcio de Almeida

Jaqueline Pereira de Faria Silva

José Maria Magalhães Dias

Mauricio Teixeira de Sousa

Norma de Deus e Costa

Renata de Oliveira Pinheiro

DIVISÃO DE TOMADA DE CONTAS

Maria de Fátima Álvares Duarte

Sumário

Contexto Operacional.....	06
Declaração do Contador	07
Notas Explicativas	08
1 - Base de Preparação das Demonstrações	08
2 - Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	08
3 – Principais mudanças de Práticas Contábeis e Procedimentos Contábeis	11
4 – Mudanças de Estrutura Administrativa	11
5 – Composição dos Principais itens das Demonstrações Contábeis	12
Nota nº 001 – Fornecedores e Contas a Pagar	16
Nota nº 002 – Obrigações Contratuais	18
Nota nº 003 – Provisões	20
Nota nº 004 – Imobilizado	22
Nota nº 005 – Intangível	27
Nota nº 006 – Investimentos	30

Lista de Siglas

AFAC	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital
AGU	Advocacia Geral da União
BB	Banco do Brasil
BO	Balanço Orçamentário
BP	Balanço Patrimonial
CASEGO	Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Goiás
CASEMG	Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais
CCCCN	Comissão Coordenadora da Criação do Cavalão Nacional
CEAGESP	Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo
CEASA/MG	Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A
CEF	Caixa Econômica Federal
CEF/MAPA	Caixa Econômica Federal/MAPA
CEPLAC	Departamento da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CEPLAC/BA	Departamento da Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira da Bahia
CEPLAC/ES	Departamento da Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira do Espírito Santo
CEPLAC/PA	Departamento da Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira do Pará
CEPLAC/RO	Departamento da Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira de Rondônia
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CGOEF	Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira
CGRL	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos e Serviços
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
DAF/EMBRAPA	Departamento de Administração e Finanças/EMBRAPA
DISME	Distrito de Meteorologia
DISME/AM	Distrito de Meteorologia de Manaus
DISME/BA	Distrito de Meteorologia de Salvador
DISME/GO	Distrito de Meteorologia de Goiânia
DISME/MG	Distrito de Meteorologia de Belo Horizonte
DISME/MT	Distrito de Meteorologia de Cuiabá
DISME/PA	Distrito de Meteorologia de Belém
DISME/PE	Distrito de Meteorologia de Recife
DISME/RJ	Distrito de Meteorologia do Rio de Janeiro
DISME/RS	Distrito de Meteorologia de Porto Alegre
DISME/SP	Distrito de Meteorologia de São Paulo
DOU	Diário Oficial da União
DVP	Demonstrações das Variações Patrimoniais
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FFIE	Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização
FUNCAFE	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira
GF	Gestor Financeiro
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
LANAGRO	Laboratório Nacional Agropecuário
LANAGRO/GO	Laboratório Nacional Agropecuário de Goiás
LANAGRO/MG	Laboratório Nacional Agropecuário de Minas Gerais
LANAGRO/PA	Laboratório Nacional Agropecuário do Pará
LANAGRO/PE	Laboratório Nacional Agropecuário de Pernambuco
LANAGRO/RS	Laboratório Nacional Agropecuário do Rio Grande do Sul
LANAGRO/SP	Laboratório Nacional Agropecuário de São Paulo
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura

NBC TSP	Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público
NBCASP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
OD	Ordenador de Despesas
OGU	Orçamento Geral da União
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PDV	Programa de Desligamento Voluntário
PIPCP	Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais
RCPG	Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público
RP	Restos a Pagar
RPNP	Restos a Pagar Não Processados
RPP	Restos a Pagar Processados
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
SAP	Secretaria de Aquicultura e Pesca
SDA	Secretaria de Defesa Agropecuária
SEAP	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
SECEX	Secretaria de Controle Externo
SFA	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SFA/AC	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Acre
SFA/AL	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Alagoas
SFA/AM	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Amazonas
SFA/AP	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Amapá
SFA/BA	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Bahia
SFA/CE	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Ceará
SFA/DF	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Distrito Federal
SFA/ES	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Espírito Santo
SFA/GO	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Goiás
SFA/MA	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão
SFA/MG	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais
SFA/MS	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato G. do Sul
SFA/MT	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Mato Grosso
SFA/PA	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Pará
SFA/PB	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Paraíba
SFA/PE	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Pernambuco
SFA/PI	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Piauí
SFA/PR	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Paraná
SFA/RJ	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio de Janeiro
SFA/RN	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio G.do Norte
SFA/RO	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Rondônia
SFA/RR	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Roraima
SFA/RS	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio G.do Sul
SFA/SC	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Santa Catarina
SFA/SE	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Sergipe
SFA/SP	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo
SFA/TO	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Tocantins
SIADS	Sistema Integrado de Administração de Serviços
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SMC	Secretaria Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo
SPA	Secretaria de Política Agrícola
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
SRI	Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio
TCE	Tomada de Contas Especial
TCU	Tribunal de Contas da União
UG	Unidade Gestora
VPA	Varição Patrimonial Aumentativa
VPD	Varição Patrimonial Diminutiva

Contexto Operacional

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) é responsável por gerir as políticas públicas que estimulam à agropecuária, pelo apoio ao agronegócio e pela regulação e normatização de serviços vinculados ao setor. No Brasil, o agronegócio contempla o pequeno, o médio e o grande produtor rural e reúne atividades de fornecimento de bens e serviços à agricultura, produção agropecuária, processamento, transformação e distribuição de produtos de origem agropecuária até o consumidor final.

Assim, o Mapa busca integrar sob sua gestão os aspectos mercadológico, tecnológico, científico, ambiental e organizacional do setor produtivo e também dos setores de abastecimento, armazenagem e transporte de safras, além da gestão da política econômica e financeira para o agronegócio. Com a integração do desenvolvimento sustentável e da competitividade, o Mapa visa à garantia da segurança alimentar da população brasileira e a produção de excedentes para exportação, fortalecendo o setor produtivo nacional e favorecendo a inserção do Brasil no mercado internacional.

Para a consecução de seus objetivos, o Mapa conta com uma estrutura fixa de quatro secretarias, 27 superintendências estaduais e suas respectivas unidades, uma rede de seis laboratórios, além de duas vinculadas, o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) e o Departamento da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceploc), que abrigam cerca de 11 mil servidores espalhados por todo o Brasil.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) são empresas públicas que atuam sobre ingerência e coordenação do Mapa. Também são entes descentralizados do ministério, organizados sobre a forma de sociedades de economia mista, as Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A (Ceasa/MG), a Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais (Casemg) e a Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp). Além disso, o ministério coordena as ações e políticas de 28 Câmaras Setoriais e 8 Câmaras Temáticas relacionadas aos diversos setores produtivos do agronegócio brasileiro.

O Mapa é organizado em secretarias, responsáveis pelos diferentes setores do agronegócio nacional, são elas:

- a) Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA;
- b) Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo – SMC;
- c) Secretaria de Política Agrícola – SPA; e
- d) Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio – SRI.

Declaração do Contador:

O contador responsável pelo Mapa o qual está à frente da Coordenação de Contabilidade (CCONT) sob a gerência do Departamento de Administração (DA) declara que as distorções mais relevantes em nível do ministério são:

- a) No Mapa como administração direta não há registros de provisões para indenizações trabalhistas, para riscos cíveis, para pagamento de autos de infração, para pagamento de seguros – sinistros, para repartição de créditos, para perdas judiciais, para perdas de investimentos, para serviços de terceiros, somente as de encargos de férias e 13º salário, porém no tocante às Entidades Supervisionadas de empresas da administração indireta, Conab e Embrapa, existem estas provisões e as demais;
- b) No Mapa como administração direta existem três sistemas de controle patrimonial, são eles:
 - i. Sistema ASI da Linkdata utilizado nas Superintendências Federais (SFA) e nos Laboratórios Nacionais Agropecuário (Lanagro);
 - ii. Sistema próprio desenvolvido pelo INMET e utilizado pelo mesmo e seus Distritos de Meteorologia;
 - iii. Sistema próprio desenvolvido pela CEPLAC e utilizado em todas as suas Unidades.

A STN divulgou no II Encontro com as Setoriais de Contabilidade realizado no mês de agosto/2017 que a partir de 2019 todo controle patrimonial na Administração Pública Federal passa a ser administrado pelo SIADS – Sistema Integrado de Administração de Serviços sob a gestão da própria STN;

- c) Os bens intangíveis de Vida Útil Indefinida (não amortizáveis) existentes no Ministério e na Companhia Nacional de Abastecimento não estão sendo testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável para que se justifique a permanência dos mesmos em Vida Útil Indefinida, do contrário deverão ser remanejados para Vida Útil Definida de forma prospectiva. Estes testes não foram efetuados. Segundo definição da Contabilidade centralizada no Ministério da Fazenda será implantado até 31/12/2018 o Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) para as mensurações e evidenciações de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres com as respectivas amortizações, reavaliações e reduções ao valor recuperável.

Notas Explicativas:

1. Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e das Práticas Contábeis

As **Demonstrações Contábeis**, são as peças elaboradas pelo Setor Público observando o que contém na Lei nº 4.320/1964, no Decreto-Lei nº 200/1967, no Decreto nº 93.872/1986, na Lei nº 10.180/2001 e na Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As Demonstrações Contábeis têm a sua elaboração a partir das informações extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as quais consolidam as contas do Mapa e de suas entidades no âmbito da administração direta e indireta parte integrante do Poder Executivo Federal. Compõe as principais Demonstrações Contábeis do Mapa o Balanço Orçamentário (BO), o Balanço Patrimonial (BP) e as Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) exigidos pela Lei nº 4.320/1964. As Demonstrações Contábeis estão complementadas pelas notas explicativas no item específico.

2. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

Apresentamos em sequência os principais critérios e políticas contábeis adotadas no âmbito do Mapa, órgão que faz parte da União, em consideração com as opções e premissas do Modelo do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

a. Moeda funcional

A moeda funcional praticada pelo Mapa e a moeda da apresentação das Demonstrações Contábeis é o Real. Caso haja algum saldo em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

b. Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicados, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

c. Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com:

- i. créditos tributários;
- ii. créditos não tributários;
- iii. dívida ativa;
- iv. transferências concedidas;
- v. empréstimos e financiamentos concedidos;
- vi. adiantamentos; e
- vii. valores a compensar.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros.

É constituído também de ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

d. Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

e. Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com:

- i. créditos tributários;
- ii. créditos não tributários;
- iii. dívida ativa;
- iv. empréstimos e financiamentos concedidos;
- v. investimentos temporários; e
- vi. estoques.

Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

f. Investimentos

São compostos por:

- i. participações permanentes;
- ii. propriedades para investimento; e
- iii. demais investimentos.

As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo. As entidades que compõem a União têm utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: (i) valor justo; e (ii) custo depreciado.

g. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

h. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

i. Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês. No Manual SIAFI disponível no sítio da STN consta todas as regras referentes a

Depreciação, Amortização ou Exaustão, inclusive, também, sobre a reavaliação e redução ao valor recuperável.

j. Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

k. Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão:

- i. obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- ii. empréstimos e financiamentos;
- iii. fornecedores e contas a pagar;
- iv. obrigações fiscais;
- v. obrigações de repartições a outros entes;
- vi. provisões; e
- vii. demais obrigações.

l. Empréstimos e financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, da União a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos).

m. Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias:

- i. riscos trabalhistas;
- ii. riscos fiscais;
- iii. riscos cíveis;
- iv. repartição de créditos tributários;
- v. provisões matemáticas; e
- vi. outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo, estão de acordo com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis da União estão registradas nas provisões a longo prazo. Está em discussão também a adoção dos procedimentos contábeis relativos às obrigações de benefícios pós-emprego dos militares.

3. Principais mudanças de Práticas Contábeis e Procedimentos Contábeis

Não foi divulgado pelo Órgão Central de Contabilidade nenhuma mudança sensível nas práticas e procedimentos contábeis ocorridas neste Trimestre.

4. Mudanças de Estrutura Administrativa

- a. Em 2016 a Lei nº 13.266/2016, transfere as atividades de pesca e aquicultura ao Mapa e com o Decreto nº 8.711 altera a estrutura do Mapa quando é criada a Secretaria de Aquicultura e Pesca – SAP;
- b. Em 2017 a MP nº 782/2017 transfere as funções de pesca e aquicultura do Mapa para o MDIC;
- c. Ainda em 2017 o Decreto nº 9.029 extingue a Secretaria de Aquicultura e Pesca no Mapa e a cria no MDIC;
- d. O Decreto nº 9.067/2017 estrutura o MDIC já contendo a Secretaria de Aquicultura e Pesca, assim como as demais alterações estruturais;
- e. Em 1º de novembro/2017 é publicada a Lei nº 13.502 pela conversão da MP nº 782, em que altera novamente a estrutura do Mapa, somente quanto a CEPLAC que antes era DEPARTAMENTO DA COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA ligado à Secretaria Executiva e passa a ser somente COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA. Aguarda-se a normatização por Decreto.

5. Composição dos Principais itens das Demonstrações Contábeis

1. BP – ATIVO CIRCULANTE:

- a. A conta “Caixa e Equivalentes de Caixa” principalmente no Limite de Saque da Embrapa apresentou maior variação em níveis percentuais de 76,07% em permanência de limites em caixa. Isso decorreu de recebimento de recursos para pagamentos de sentenças judiciais e seus custos inerentes as sentenças;
- b. A diminuição no “Estoques” verificou-se mais na CONAB e decorreu-se pela venda de milho no programa de venda em balcão.

2. BP – ATIVO NÃO CIRCULANTE:

- a. O grupo do “Ativo Realizável a Longo Prazo” do FUNCAFE teve um decréscimo em níveis percentuais de 19,20% em decorrência de baixas de amortização de empréstimos concedidos;
- b. Os “Investimentos” são objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 006 \(clique aqui e veja abaixo\)](#);
- c. O “Imobilizado” do Mapa é objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 004 \(clique aqui e veja abaixo\)](#);
- d. O “Intangível” do Mapa é objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 005 \(clique aqui e veja abaixo\)](#).

3. BP – PASSIVO CIRCULANTE:

- a. Os “Fornecedores e Contas a Pagar” são objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 001 \(clique aqui e veja abaixo\)](#).
- b. As “Provisões de Curto Prazo” do Mapa são objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 003 \(clique aqui e veja abaixo\)](#).

4. BP – PASSIVO NÃO CIRCULANTE:

- a. As “Provisões de Longo Prazo” do Mapa são objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 003 \(clique aqui e veja abaixo\)](#).

5. BP – PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

- a. Neste trimestre há registros de “Adiantamento para Futuro Aumento de Capital” no Patrimônio Líquido da Embrapa na ordem de 30,43% referente a participação da parte governamental para expansão das atividades da empresa. O saldo apresentado é R\$ 9.011.957,37 (nove milhões, onze mil, novecentos e cinquenta e sete reais e trinta e sete centavos);
- b. A conta de “Ajustes de Exercícios Anteriores” teve uma redução de 99,79% decorrente de reclassificação de saldos por parte do Órgão Central de Contabilidade para as contas de superávit ou déficit conforme o caso.

6. BP – COMPENSAÇÕES:

- a. As Obrigações Contratuais que fazem parte das Compensações são objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 002 \(clique aqui e veja abaixo\)](#).

7. BO – RECEITAS:

- a. Para o exercício de 2018, no orçamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, a receita foi estimada em R\$ 1.719.478.462,00, considerando-se todas as fontes de recursos, exceto a 100. Até o 1º trimestre, do montante estimado, foram arrecadados o correspondente a 6,42% (R\$ 110.325.623,97), incluído o valor de R\$ 9.277,93, referente à arrecadação na fonte 172, proveniente de Dívida Ativa, que não consta do Relatório “BO - Receitas - Órgão Superior”.
- b. Inconsistências detectadas no Relatório “BO - Receitas - Órgão Superior” emitido pelo Tesouro Gerencial:
 - não consta o valor de R\$ 9.277,93, referente à arrecadação na fonte 172, proveniente de Dívida Ativa;
 - a Unidade Orçamentária “74901 – Recursos sob Supervisão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira/Funcafê – MAPA” faz parte do Órgão “74000 – Operações Oficiais de Crédito – 2OC” e não do Órgão 22000;
 - a Unidade Orçamentária “98000 – Receita do Tesouro da União” não é do Órgão 22000 e sim do Ministério da Fazenda;
 - a Unidade Orçamentária “22212 – Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo – CEAGESP” faz parte do Orçamento de Investimento.

8. BO – RECEITAS CORRENTES:

- a. Nas “Receitas Correntes”, destaca-se o excesso de arrecadação nas Receitas de Contribuições, superando em 264,38% o valor da Previsão Inicial.

9. BO – RECEITAS DE CAPITAL:

- a. Da Previsão Inicial e Atualizada de R\$ 1.410.209.440,00, foi arrecadado apenas o correspondente a 0,07% (R\$ 1.052.684,30).

10. BO – DOTAÇÃO:

- Nas Despesas, nenhum grupo sofreu alteração em relação à Dotação Inicial constante da Lei Orçamentária Anual – LOA 2018;
- Foram empenhadas despesas, no montante de R\$ 3,3 bilhões, das quais foram liquidadas (2º estágio da despesa) R\$ 1,9 bilhão (58,09%), sendo que as que tiveram o maior percentual de liquidação foram as Despesas Correntes (97,47%), com destaque para as despesas com Pessoal e Encargos Sociais (89,44%);
- Do total das despesas liquidadas 96,48% foram pagas.

11. BO – RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS:

- Foi inscrito em Restos a Pagar o montante de R\$ 3.963.067.527,23 sendo: R\$ 353.552.564,67 Processados e R\$ 3.609.514.962,56 Não Processados, equivalentes a 8,92% e 91,08%, respectivamente do total inscrito;
- A inscrição de “Restos a Pagar Não Processados” referente aos empenhos de 2017 representa 89,65% e as reinscrições de exercícios anteriores representam somente 10,20% do total;
- A inscrição de “Restos a Pagar Processados” referente às liquidações de empenhos de 2017 representa 65,73% e as reinscrições de exercícios anteriores representam 31,27% do total.
- Neste trimestre a Embrapa extinguiu as Unidades Gestoras – Embrapa/Quarentena Vegetal e Embrapa/Gestão Territorial transferiu os empenhos relativos a Restos a “Pagar Não Processados” no valor de R\$ 5.239.210,41 para as Unidades Gestoras Embrapa/Cenargem e Embrapa/CNPM.

12. BO – RESTOS A PAGAR TRANSFERIDOS:

- Os valores relativos à Secretaria de Aquicultura e Pesca, inclusos na Unidade Orçamentária Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (22101), foram transferidos para o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC, por força da Medida Provisória nº 782, de 31 de maio de 2017, convertida na Lei nº 13.502 de 1º de novembro de 2017, no montante de R\$ 18.944.786,76 Restos Não Processados.

13. BO – ANÁLISES DOS QUOCIENTES DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (conforme MCASP):

- Quociente do Equilíbrio Orçamentário $\rightarrow \frac{\text{Prev.Inic.da Receita}}{\text{Dotação Inicial da Despesa}} \rightarrow \frac{7.181.044.169,00}{17.069.568.430,00} = 42,06\%$
Este quociente indica que a previsão inicial das receitas do Mapa alcançou pouco menos da metade das despesas fixadas inicialmente para este Ministério;
- Execução da Receita $\rightarrow \frac{\text{Receita Realizada}}{\text{Prev.Atual.da Receita}} \rightarrow \frac{1.467.079.408,77}{7.181.044.169,00} = 20,42\%$
A receita efetivamente arrecadada do Mapa alcançou pouco mais da metade de sua receita inicialmente prevista e atualizada, indicando que o Ministério da Agricultura arrecadou menos receitas do que as que foram previstas no Orçamento;
- Quociente de Execução da Despesa $\rightarrow \frac{\text{Despesa Executada}}{\text{Dotação Atualizada}} \rightarrow \frac{3.380.761.347,89}{17.069.568.430,00} = 19,80\%$
Houve economia na despesa executada pelo MAPA, posto que esta alcançou 19,80% do total das despesas fixadas no orçamento.
- Quociente do Resultado Orçamentário $\rightarrow \frac{\text{Receita Realizada}}{\text{Despesa Empenhada}} \rightarrow \frac{1.467.079.408,77}{3.380.761.347,89} = 43,39\%$
A diferença entre Receita Realizada e Despesa Empenhada culminou em 43,39%, o qual corresponde ao montante do déficit orçamentário do Mapa, uma vez que a Despesa Empenhada superou a Receita Realizada nesta quantia;
- Quociente de Execução Orçamentária Corrente $\rightarrow \frac{\text{Receita Real.Corrente}}{\text{Despesa Emp.Corrente}} \rightarrow \frac{308.937.345,17}{3.296.432.083,51} = 9,37\%$
Houve financiamento de despesas correntes do Mapa com Receitas de Capital, posto que a Receita Realizada corrente alcançou apenas 9,37% das despesas empenhadas correntes;
- Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária $\rightarrow \frac{\text{Receita Realizada}}{\text{Despesa Paga}} \rightarrow \frac{1.467.079.408,77}{1.894.582.109,68} = 77,43\%$
A Receita Arrecadada foi menor que as despesas pagas do Mapa no 1º Trimestre/2018.

14. DVP – VPA – TAXAS:

- As “Taxas” tiveram um decréscimo de 68,87% a variação diminutiva no total de R\$ 4.365.476,33 é basicamente referente a “Taxa pela Prestação de Serviço” da extinta Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, conforme o Decreto nº 9.029/2017 que extingue a Secretaria de Aquicultura e Pesca no Mapa e a cria no MDIC;

15. DVP – VPA – EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS:

- Houve um decréscimo do total de “Vendas de Estoques Estratégicos” em torno de 89,61% em relação ao mesmo período de 2017.

- b. Do total de *“Vendas de Produtos”* houve um decréscimo de 18,83% nas Variações Patrimoniais Aumentativas na Embrapa;
- c. Do total de *“Deduções da Venda Bruta de Produtos”* houve em níveis percentuais de 275,14% de acréscimo nas contabilizações de ICMS de Produtos na CONAB, porém foi indevida visto que a Companhia não teve venda de produtos e sim mercadorias. Foi solicitado a regularização imediata e já providenciado em abril/2018.

16. DVP – VPA – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS:

- a. Do total de *“Variações Monetárias Cambiais”* 139,17% de acréscimo em relação a 2017 em maior destaque na CONAB especificamente atualizações relativas a algumas sentenças judiciais e reclamações trabalhistas.

17. DVP – VPA – TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS:

- a. Do total de *“Transferências Intergovernamentais”* A variação aumentativa de 91,28% ocorreu no Órgão da Embrapa e refere-se a transferências recebidas a título de recursos de convênios registrados em algumas Unidades Gestoras daquele Órgão;
- b. Do total de *“Transferências das Instituições Privadas”* A variação aumentativa de 209,28% é no órgão da Embrapa e refere-se a transferências a títulos de convênios registrados nas Unidades: Embrapa/CPAF-RO e Embrapa/CPATSA, recebidos respectivamente do Banco da Amazônia S.A e Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco;
- c. Do total de *“Transferências do Exterior”* A variação contabilizado é no órgão da Embrapa e refere-se, a entrada de recursos proveniente da conta nº 880000478 mantida na agência do Banco do Brasil em Nova York.

18. DVP – VPA – VALORIZAÇÃO E GANHOS C/ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS:

- a. Do total de *“Ganhos com Alienação”* 113,23% de acréscimo em relação a 2017 em maior destaque na Embrapa relativos a leilões de gado e bens inservíveis e ganhos na alienação de bens imóveis na CONAB de imóvel no Município de Colorado do Este/RO com entrada de 10% e restante parcelados em 12 vezes; essa variação da Embrapa que foi negativa ocasionou por alienação de bens móveis nas Unidades da Embrapa/CNPGL, Embrapa/PPSE, Embrapa/CNPSA, Embrapa/CPACT e Embrapa/CPAC, merecendo destaque os registros na Embrapa/CPACT e Embrapa/CPAC, recebimento parcelado. Na alienação de bens imóveis na Embrapa/SGE-EFI, houve o registro de R\$ 20.143,83 pelo recebimento de parcelas da Prefeitura de Bagé referente a venda de gleba de terra.
- b. Do total de *“Ganhos com a Incorporação de Ativos”* A variação aumentativa da Embrapa é na ordem de R\$ 5.367.000, está relacionada basicamente as: 1) Transferências para Embrapa/SGE-EFI (GFC-EFI) referente aos adiantamentos de férias registrados nas Unidades; 2) Registro de valores em créditos a compensar referentes a PIS e COFINS; 3) Incorporação de bens recebidos de terceiros conforme previsto em convênios firmados;
- c. Do total de *“Ganhos com a Desincorporação de Passivos”* A variação aumentativa da Embrapa é referente aos lançamentos das transferências de obrigações (responsabilidades) para pagamento em outra Unidade da mesma gestão. A maioria dos lançamentos na ordem de R\$ 7.037.000,00 estão concentrados na Unidade EMBRAPA/SGE-EFI (sede). A baixa na conta do passivo registra um crédito da conta *“Ganhos com Desincorporação de Passivos”* na Unidade transferidora da obrigação a pagar e um débito na conta *“Incorporação de Passivos”* na Unidade recebedora da obrigação.

19. DVP – VPA – VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR:

- a. A variação crescente é no órgão do Mapa e refere-se as Alienação de Bens da Superintendência Federal de Agricultura do Piauí e Fundo Geral do Cacau. A Coordenação de Contabilidade solicitou a regularização à Superintendência, mas até a presente data não obteve êxito e o Fundo Geral do Cacau reclassificará a VPA em abril;
- b. A conta *“A variação Patrimonial Aumentativa a Classificar”* decrescente é relativa ao FUNCAFE que não ajustou em tempo hábil, pois a arrecadação é feita por meio de DARF referente a devedores inadimplentes por compra de café em leilão e ocorre que no primeiro trimestre de 2017 havia uma quantidade maior de devedores.

20. DVP – VPA – REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES PARA PERDAS:

- a. A variação negativa de (97,83%) na Embrapa refere-se apenas a um registro de Reversão da Provisão para Perda no valor de R\$ 1.320,00 na Embrapa/SPM/Escritório de Goiânia, trata-se da provisão constituída para Duplicatas e Títulos em Contencioso.

21. DVP – VPD – PESSOAL E ENCARGOS:

- a. Do total de *“Outras Var. Patrimoniais Diminutivas – Pessoal e Encargos”* 2.382,10% este aumento destaca-se na CONAB pelo Plano de Desligamento Voluntário Incentivado (PDVI) ocorrido desde maio/2017. O reflexo neste trimestre decorre que esses valores que foram parcelados em 5 anos em parcelas iguais.

22. DVP – VPD – FINANCEIRAS:

- a. Do total de *“Juros e Encargos de Mora”* 40,18% é o aumento de mais destaque refere-se a pagamentos de juros e multas de diversos autos de infração da Embrapa;
- b. Do total de *“Variações Monetárias e Cambiais”* 98,70% de decréscimo refere-se à atualização da variação cambial negativa de consultorias estrangeiras na Embrapa, tais como: Labex África, Agricultural Research Service – Labex/USA, Agropolis –

Labex/Europa, FAO, Labex/Americas, Labex/Coreia, Labex/China, os valores refletem a variação cambial do período de comportamento do Dólar (US\$) em relação ao Real (R\$);

- c. Do total de *“Outras VPDs Financeiras”* a Embrapa destacou-se na contabilização neste trimestre quanto as apropriações de atualizações da AFAC-Adiantamento para Futuro Aumento de Capital conforme Decreto nº 2.673/98.

23. DVP – VPD – DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS:

- a. Do total de *“Redução a Valor Recuperável – Demais Investimentos”* o valor de R\$ 971,28 referente a atualizações de ações na Embrapa;
- b. Do total de *“Ajustes para Perdas de Demais Créditos a Receber”* o valor de R\$ 14.472,00 refere-se devedor Casa Genésio Tolentino Ltda., executado pela Embrapa;
- c. Do total de *“Ajustes de Perdas de Estoques”* a CONAB acolhe remissão de dívidas de produto rural.
- d. Do total de *“Perdas com Alienação de Bens Móveis”* a Embrapa efetua venda de bens inservíveis, animais em leilão;
- e. Do total de *“Perdas Involuntárias de Bens Móveis”* o Mapa como Administração Direta, principalmente, quanto a SFA/RJ, por baixa de móveis danificados e também de bens furtados conforme demonstra no Sistema Siafi no Distrito de Meteorologia de Belo Horizonte e demais baixas na Embrapa, assim como despesas acessórias das colheitadeiras;
- f. Do total de *“Reavaliação, Redução e Valor Recuperável e Ajustes para Perdas”* A variação ocorreu pelo registro de R\$ 14.472,00 na Embrapa/SPM-Escritório Triângulo Mineiro. É referente a contrapartida do lançamento efetuado na conta: Duplicatas e Títulos e Contencioso - devedor executado.

24. DVP – VPD – DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS:

- a. Do total de *“Redução a Valor Recuperável – Demais Investimentos”* o valor de R\$ 971,28 refere-se a atualizações de ações na Embrapa;
- b. Do total de *“Ajustes para Perdas de Demais Créditos a Receber”* o valor de R\$ 14.472,00 refere-se ao devedor Casa Genésio Tolentino Ltda., executado pela Embrapa;
- c. Do total de *“Ajustes de Perdas de Estoques”* a CONAB acolhe remissão de dívidas de produto rural.
- d. Do total de *“Perdas com Alienação de Bens Móveis”* a Embrapa efetua venda de bens inservíveis e animais em leilão;
- e. Do total de *“Perdas Involuntárias de Bens Móveis”*:
- i) o Mapa como Administração Direta, quanto a SFA/RJ, efetua baixa de móveis danificados;
 - ii) o Distrito de Meteorologia de Belo Horizonte baixa de bens furtados conforme demonstrado no Sistema Siafi;
 - iii) na Embrapa há demais baixas como despesas acessórias das colheitadeiras.
- f. Do total de *“Incorporação de Passivos”* o valor de R\$ R\$ 62.954.677,42 refere-se ao órgão do FUNCAFE e trata-se de erro de contabilização, pois no exercício de 2017 foi emitido documento hábil de devolução de despesa em duplicidade e o mesmo foi cancelado em 2018.

25. DVP – VPD – CUSTOS – MERCADORIAS, PRODUTOS VEND. E DOS SERVIÇOS PRESTADOS:

- a. Do total de *“Custo das Mercadorias Vendidas”* houve um decréscimo de 61,44% decorrente da redução em torno de 86,51% nas variações patrimoniais ativas relativas a *“Venda de Mercadorias”*;
- b. Do total de *“Custos dos Produtos Vendidos”* houve um decréscimo de 22,44% decorrente da redução nas variações patrimoniais ativas relativas a *“Vendas de Produtos”*.

26. DVP – VPD – OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS:

- a. Do total de *“Subvenções Econômicas”* houve um acréscimo de 129,65% decorrente na maioria na CONAB com relevância para o PEPRO (Prêmio Equalizador Pago ao Produtor) de Milho e Trigo. E no FUNCAFE a Subvenção Econômica aumentativa é referente aos Reembolsos auferidos no primeiro trimestre de 2018 é foram maiores do que os realizados no exercício anterior, gerando um volume maior de pagamento de subvenção aos agentes financeiros;
- b. Do total de *“Incentivos”* na Embrapa refere-se aos registros efetuados em virtude do pagamento de despesas relacionadas a empregados em pós-graduação no exterior. Esta despesa não tem caráter sazonal, portanto variações são passíveis de ocorrer ente os períodos avaliados.

Nota nº 001 – Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/03/2018, o MAPA apresentou um saldo em aberto de R\$ 416.225.726,51 (quatrocentos e dezesseis milhões, duzentos e vinte e cinco mil, setecentos e vinte seis reais e cinquenta e um centavos), relacionados com fornecedores e contas pagar.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros de curto e longo prazo.

Tabela 01 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.

COMPOSIÇÃO	R\$ mil		
	31/03/2018	31/12/2017	AH (%)
Circulante Curto Prazo	100.361	68.126	47,32%
Nacionais	100.241	67.360	48,81%
Estrangeiros	120	766	84,33%
Não Circulante (Longo Prazo)	315.864	315.864	-
Nacionais	315.864	315.864	-
Total	416.225	383.990	83,95%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Para os fornecedores e contas pagar de curto prazo e longo prazo em 31/03/2018 os relevantes são os fornecedores nacionais de Longo Prazo os quais representam 83,95% do total a ser pago.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se aos órgãos contratantes com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar na data base de 31/03/2018.

Tabela 02 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Órgão Contratante.

ÓRGÃO	R\$ mil	
	31/03/2018	AV (%)
MINIST. DA AGRICUL. PECUARIA E ABASTECIMENTO -	47.460	11,40%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	25.807	6,20%
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	26.733	6,42%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	316.226	76,00%
Total	416.226	100%

Fonte: SIAFI2018.

No âmbito do Mapa o FUNCAFE é responsável por 83,04% do total das obrigações.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os fornecedores mais significativos e do Mapa saldos em aberto, na data base de 31/03/2018.

Tabela 03 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.

FORNECEDOR	R\$ mil	
	31/03/2018	AV (%)
000000000191 BANCO DO BRASIL SA	317.086	83,04%
00360305000104 CAIXA ECONOMICA FEDERAL	40.304	10,56%
69034668000156 SODEXO PASS DO BRASIL SERVIÇOS E COMERCIO S.A.	12.139	3,18%
08097092000181 CAIXA ASSISTENCIA DOS EMPREGADOS DA EMPRES	10.215	2,68%
40432544000147 CLARO S.A	1.061	0,28%
806030 SERPRO - SEDE - BRASILIA	1.022	0,27%
Total	381.827	100%

Fonte: SIAFI2018.

Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG – 1T/2018

Em relação aos fornecedores no quadro a seguir são detalhadas as principais transações:

Quadro 01 – Fornecedores – Principais Transações.

Fornecedor	Objeto	Valor	Data de Referência
Banco do Brasil S/A	Reconhecimento de Dívida – “DAÇÃO EM PAGAMENTO”.	395.493.987,60	31/12/2013
Caixa Econômica Federal	Prestação de Serviço pela contratada para atuar como mandatária da União na operação de Contrato de Repasse e Programas geridos pelo Mapa.	6.350.000,00	09/12/2016 a 12/03/2017 Aditivo: 12/03/2017 12/06/2017

Fontes: SIASG, Órgão: 22905, 22000; Unidade Gestora 130137,420013.

O principal valor do grupo Fornecedor e contas a pagar está em Longo Prazo e refere-se ao Banco do Brasil S/A. Reconhecimento de Passivos referente ao contrato “Dação em Pagamento”, Medida Provisória nº 2.196, de 24.08.2001. Processos nº 70010.000765/2010-96 e 21000.00734 /2001-06.

Nota nº 002 – Obrigações Contratuais

De acordo com a posição do Balanço Patrimonial encerrado em 31/03/2018, a União, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, possuiu saldo a executar de Obrigações Contratuais no valor total de R\$ 4.332.816.000,00 (quatro bilhões, trezentos e trinta e dois milhões e oitocentos e dezesseis mil), valor este extraído do quadro de compensações no Balanço Patrimonial para a data de 31/03/2018.

Apresentamos tabela extraída do SIAFI, consolidando as obrigações contratuais, comparando-se o 1º Trimestre/2018 com o 1º Trimestre/2017, conforme abaixo:

TABELA 01 – Obrigações Contratuais – Composição – Mapa.

ITENS	31/03/2018	31/03/2017	R\$ mil
			AH (%)
Aluguéis	5.379	30.921	-82,60%
Fornecimento de Bens	73.808	65.996	11,84%
Acordo Transf. Recursos para Organismos Internacionais	2.561.128	1.507.248	69,92%
Seguros	19.447	47.522	-59,08%
Serviços	1.657.703	1.166.848	42,07%
Demais	15.351	21.045	-27,06%
Total	4.332.816	2.839.580	52,59%

Fonte: SIAFI2017, SIAFI2018 e Tesouro Gerencial.

Com base nas informações da tabela 01, temos que, as obrigações contratuais do Mapa apresentaram evolução significativa no espaço de tempo mencionado, culminando em aumento principalmente na rubrica de empréstimos e financiamentos em níveis de valores expressivos.

Dentre as obrigações contratuais relacionadas, as de Empréstimos e Financiamento (Acordos para Organismos Internacionais) representam 69,92% do total das obrigações assumidas pela União, seguidas pelas obrigações de Contratos de Serviços que representam cerca de 42,07%, do total das obrigações assumidas pela União.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando os órgãos subordinados contratantes com valores mais expressivos na data base de 31/03/2018, onde FUNCAFE representa 59,23% do valor total das obrigações contratuais.

TABELA 02 – Obrigações Contratuais – Por Órgão Contratante.

ÓRGÃO	31/03/2018	R\$ mil
		AV (%)
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	665.725	15,36%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	344.353	7,95%
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	756.242	17,45%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFFEEIRA	2.566.496	59,23%
Total	4.332.816	100%

Fonte: SIAFI2018 e Tesouro Gerencial.

A Unidade Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira, a qual agrega a parte patrimonial da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos e Serviços é responsável pela maioria dos contratos a executar do MAPA como Administração Direta, representando o valor de R\$ 439.797.000,00 (quatrocentos e trinta e nove milhões e setecentos e noventa e sete mil reais) ou 66,06% do citado Órgão, conforme tabela abaixo comparativa dos 1º Trimestres de 2018 e 2017:

Tabela 03 – Obrigações Contratuais – Composição da Unidade CGEOF / CGRL

	31/03/2018	31/03/2017	R\$ mil
			AH (%)
Aluguéis	380	28.540	-98,67%
Fornecimento de Bens	35.135	33.282	5,57%
Serviços	397.437	606.171	-34,43%
Demais	6.845	6.845	-
Total	439.797	674.838	-34,83%

Fonte: SIAFI2017, SIAFI2018 e Tesouro Gerencial.

Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG – 1T/2018

Como se pode observar do exame da tabela 03, os saldos das obrigações contratuais da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL do MAPA decresceram em termos de valores para todas as rubricas, exceto para Fornecimento de Bens que houve uma pequena elevação, sinalizando que na maioria houve apropriação de documentos hábeis de liquidação, baixando os saldos contábeis de contratos, assim como também houve a baixa parcial de saldos que não seriam mais movimentados.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os 10 (dez) contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 31/03/2018:

Tabela 04 – Obrigações Contratuais – Por Contratado da Unidade CGRL / CGEF

CONTRATADO – SALDO A EXECUTAR	31/03/2018	R\$ mil
		AV (%)
A-CTIS TECNOLOGIA S.A	49.980	27,25%
B- LINK/BAGG COMUNICACAO E PROPAGANDA LTDA	49.842	27,17%
C- LINK/BAGG COMUNICACAO E PROPAGANDA LTDA	25.276	13,78%
D- INDRA BRASIL SOLUCOES E SERVICOS TECNOLOGICOS SA	17.291	9,43%
E- SERPRO - SEDE – BRASILIA	8.424	4,59%
F- AQUILA TRANSPORTE DE CARGAS LTDA	8.408	4,58%
G- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	8.207	4,47%
H- INDRA BRASIL SOLUCOES E SERVICOS TECNOLOGICOS SA	8.058	4,39%
I- AMBP PROMOCOES E EVENTOS EMPRESARIAIS LTDA - EPP	7.948	4,33%
Total	183.434	

Fonte: SIAFI2017, SIAFI2018 e Tesouro Gerencial.

Em relação aos contratados A, B, C, D e E, eles representam 82,22% das obrigações com contratos de serviços da Unidade. A seguir, é apresentado o resumo das principais transações:

- (a) **Contratado A** – CTIS TECNOLOGIA S.A: Contrato nº 22101/01/2016 – com vigência até 21/01/2019 conforme publicação na página www.agricultura.gov.br para a prestação de serviços continuados de manutenção do ambiente tecnológico do Mapa conforme as práticas de TIC. Os documentos contábeis deste aditivo são: 2018NL800002 de 09/02/2018 no valor de R\$ 20.614.741,88;
- (b) **Contratado B** – LINK/BAGG COMUNICACAO E PROPAGANDA LTDA (CNPJ nº 34.358.432/0002-71) – Este contrato foi aditivado em 08/12/2017 com o objeto de alterar a vigência até 09/12/2018, renovada a garantia no valor de R\$ 892.472,95 e principalmente para alterar o CNPJ de 34.358.432/0001-90 para 34.358.432/0002-71 como a Filial e publicado na página www.agricultura.gov.br;
- (c) **Contratado C** – LINK/BAGG COMUNICACAO E PROPAGANDA LTDA (CNPJ nº 34.358.432/0001-90): Este contrato foi alterado conforme citado na letra (b), porém ainda consta valores em observância às liquidações de Restos a Pagar;
- (d) **Contratado D** – INDRA BRASIL SOLUCOES E SERVICOS TECNOLOGICOS SA (CNPJ nº 01.645.738/0002-50): As informações pertinentes a este contrato constam na página www.agricultura.gov.br e o mesmo está vencido, porém ainda constam valores em observância às liquidações de Restos a Pagar;
- (e) **Contratado E** – SERPRO - SEDE - BRASILIA (CNPJ 01.645.738/0002-50) – As informações pertinentes a este contrato constam na página www.agricultura.gov.br e o prazo de vigência é até o dia 17/04/2018;
- (f) **Contratado F** – AQUILA TRANSPORTE DE CARGAS LTDA. – Este contrato é advindo do ex-Ministério da Pesca e Aquicultura desde fevereiro/2016 e não houve sub-rogação do mesmo ao Mapa;
- (g) **Contratado G** – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - As informações pertinentes a este contrato constam na página www.agricultura.gov.br e o prazo de vigência é até o dia 01/08/2018;
- (h) **Contratado H** – INDRA BRASIL SOLUCOES E SERVICOS TECNOLOGICOS SA (CNPJ nº 01.645.738/0001-79) - As informações pertinentes a este contrato constam na página www.agricultura.gov.br e o mesmo está vencido, porém ainda constam valores em observância às liquidações de Restos a Pagar;
- (i) **Contratado I** – AMBP PROMOCOES E EVENTOS EMPRESARIAIS LTDA - EPP (CNPJ nº 01.645.738/0001-79) - As informações pertinentes a este contrato constam na página www.agricultura.gov.br e o mesmo está vencido, porém ainda constam valores em observância às liquidações de Restos a Pagar.

Nota nº 003 - Provisões

Em 31/03/2018, o Mapa apresentou um saldo de R\$ 319.813.000,00 (trezentos e dezenove milhões, oitocentos e treze mil reais), relacionados a provisões de curto e longo prazo.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição das provisões, para o 1º Trimestre/2017 e 1º Trimestre/2018.

Tabela 01 – Provisões – Composição.

COMPOSIÇÃO	R\$ mil		
	31/03/2018	31/03/2017	AH (%)
Provisões a curto prazo	92.597	143.914	-35,21%
Provisões a longo prazo	227.216	180.469	25,90%
Total	319.813	323.383	-1,10%

Fonte: SIAFI2018 e 2017.

Provisões a Curto Prazo

O item Provisões de Curto Prazo, do Passivo Circulante, é constituído principalmente por Provisões para Risco Trabalhista e para Indenizações Cíveis registrada na CONAB, no valor de R\$ 92.597.000,00 (noventa e dois milhões, quinhentos e noventa e sete mil reais).

A Conab no 1º Trimestre/2018 não teve registros nas contas de Provisões Trabalhistas e Provisões para Riscos Cíveis a curto prazo. Os registros existentes foram em função de ajustes das Provisões Trabalhistas, conforme Relatório de Contingências Passivas e registros na conta de Provisões para Riscos Cíveis em função das atualizações de saldos das contas Judiciais, desde as datas dos bloqueios até o dia 18/09/2017, conforme os extratos fornecidos pela Caixa Econômica Federal.

As provisões de curto prazo estão distribuídas por Órgão conforme a tabela a seguir.

Tabela 02 – Provisões de Curto Prazo por órgão

ÓRGÃO	R\$ mil	
	31/03/2018	AV (%)
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	92.597	100,00%
Total	92.597	100,00%

Fonte: SIAFI2018.

A Conab é responsável por 100% do total de provisões a curto prazo.

Tabela 03 – Provisões de Curto Prazo – Composição.

	R\$ mil		
	31/03/2018	31/03/2017	AH (%)
Riscos Trabalhistas a Curto Prazo	66.869	134.686	-50,35%
Riscos Cíveis a Curto Prazo	25.728	8.227	212,73%
Total	92.597	142.913	-35,21%

Fonte: SIAFI2017 e SIAFI2018.

A provisão Riscos Trabalhistas a Curto Prazo é a mais relevante e está detalhada na tabela a seguir:

Tabela 04 – Provisões para Riscos Fiscais a Curto Prazo – Composição.

	R\$ mil		
	31/03/2018	31/03/2017	AH (%)
CONAB Sede	22.042	-	-
CONAB Núcleo Estoque Regulador – Sede	3.686	8.227	-55,20
Total	66.869	8.227	712,80%

Fonte: SIAFI2017 e SIAFI2018.

Provisões de Longo Prazo

O item Provisões de Longo Prazo, do Passivo não Circulante, é constituído principalmente por provisões para Riscos de Indenizações Trabalhistas e Riscos Fiscais registradas pela Embrapa e Conab respectivamente no valor de R\$ 227.216.000,00 (duzentos e vinte e sete milhões e duzentos e dezesseis mil reais).

As provisões de longo prazo estão distribuídas conforme a tabela a seguir.

Tabela 05 – Provisões de Longo Prazo por órgão

	31/12/2018	AV (%)
Empresa Brasileira de Pesquisa agropecuária	224.000	98,58%
Companhia Nacional de Abastecimento	3.216	1,42
Total	227.216	100%

Fonte: SIAFI2018.

A Embrapa é responsável por 98,58% do total de provisões a longo prazo.

Tabela 06 – Provisões a Longo Prazo – Composição.

	31/03/2018	31/03/2017	AH (%)
Conab – Riscos Fiscais	3.216	46.469	-93,08%
Embrapa – Riscos Trabalhistas	224.000	134.000	67,16%
Total	227.216	180.469	25,90%

Fonte: SIAFI2018 e SIAFI2017.

A provisão para Indenizações Trabalhistas é a mais relevante dentre as de longo prazo na Embrapa. Em 31/03/2018 o saldo apresentado na conta foi de R\$ 224.000.000,00 (duzentos e vinte e quatro milhões de reais), conforme a composição abaixo apresentada pela Assessoria Jurídica da Embrapa, conforme tabela a seguir:

Natureza Trabalhista	Valor Estimado (R\$)	Descrição Sucinta dos Principais Objetos
Prováveis	136.000.000,00	Adicional de Insalubridade/Periculosidade e Horas in Itinere
Natureza Cível	Valor Estimado (R\$)	Descrição Sucinta dos Principais Objetos
Prováveis	3.000.000,00	Indenizações Cíveis
Natureza Previdenciária	Valor Estimado (R\$)	Descrição Sucinta dos Principais Objetos
Prováveis	83.000.000,00	Encargos Folha de Pagamento
Natureza Tributária	Valor Estimado (R\$)	Descrição Sucinta dos Principais Objetos
Prováveis	2.000.000,00	CPMF - CEF
Total	224.000.000,00	

Nota nº 004 – Imobilizado

O imobilizado é composto pela parte tangível (bens móveis e imóveis), o qual é preservado para a utilização em produção ou fornecimento de bens ou serviços e fins administrativos. Seu reconhecimento se dá com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial no Sistema de Controle Patrimonial ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável ou reavaliação.

Os gastos ocorridos após a aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que esses mesmos gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem esses benefícios, eles devem ser reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/03/2018, a União por meio do MAPA apresentou um saldo de R\$ 4.501.403.000,00 (quatro bilhões, quinhentos e um milhões, quatrocentos e três mil reais) líquidos da depreciação e amortização e representou um decréscimo de 1,74% em relação ao saldo final do 1º trimestre 2017.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para os exercícios de 2018 e 2017.

Tabela 01 – Imobilizado – Composição.

	R\$ mil		
Imobilizado – Composição	31/03/2018	31/12/2017	AH%
Bens Móveis			
(+) Valor Bruto Contábil	1.859.594	1.851.810	0,42%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-845.202	-817.668	3,37%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-22.198	-22.198	-
Bens Imóveis			
(+) Valor Bruto Contábil	4.001.455	4.050.487	-1,21%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-492.246	-481.183	2,30%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	-
Total	4.501.403	4.581.248	-1,74%

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

Bens Móveis

Os Bens Móveis em 31/03/2018 totalizavam em R\$ 992.193.000,00 (novecentos e noventa e dois milhões, cento e noventa e três mil reais), líquidos de depreciação/redução ao valor recuperável e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 02 – Bens Móveis - Composição

	R\$ mil		
Bens Móveis - Composição	31/03/2018	31/12/2017	AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	889.380	885.997	0,38%
Bens de Informática	334.886	333.421	0,44%
Móveis e Utensílios	206.234	203.921	1,13%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	29.642	29.354	0,98%
Veículos	351.603	351.692	-0,03%
Peças e Conjuntos de Reposição	-	-	-
Bens Móveis em Andamento	3.483	2.537	37,29%
Bens Móveis em Almoxarifado	192	-	-
Armamentos	1	1	-
Semoventes e Equipamentos de Montaria	5.949	6.404	-7,10%
Demais Bens Móveis	38.223	38.482	-0,67%
Depreciação / Amortização Acumulada	-845.202	-817.668	3,37%
Redução ao Valor Recuperável	-22.198	-22.198	-
Total	992.193	1.011.943	-1,95%

Fonte: SIAFI2017 e SIAFI2016.

Dos Bens Móveis registrados o valor de R\$ 15.219.000,00 (quinze milhões, duzentos e dezenove mil reais) da abertura do balanço de 2018 refere-se a conta de [Bens Não Localizados](#), relativos ao Patrimônio do extinto Ministério de Aquicultura e Pesca – MPA dentre os que não foram encontrados nas Superintendências Federais e no final do 1º Trimestre/2018 o valor reduziu-se para R\$ 15.189 (quinze milhões, cento e oitenta e nove mil reais), que foram encontrados cerca de 30 mil reais.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da União em 31/03/2018 totalizavam R\$ 3.509.210.000,00 (três bilhões, quinhentos e nove milhões e duzentos e dez mil reais), líquidos de depreciação/amortização e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 1 – Bens Imóveis – Composição.

Bens Imóveis – Composição	R\$ mil		
	31/03/2018	31/12/2017	AH(%)
Bens de Uso Especial	3.511.065	3.532.295	-0,60%
Bens de Uso Comum do Povo	-	-	
Bens Dominicais	-	-	
Bens Imóveis em Andamento	155.428	185.121	-16,04%
Instalações	91.574	91.825	-0,27%
Demais Bens Imóveis	42.667	39.108	9,10%
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	200.721	202.137	-0,70%
Redução ao Valor Recuperável	-	-	
Depreciação / Amortização Acumulada – Bens Imóveis	-492.246	-481.182	2,30%
Total	3.509.210	3.569.304	-1,68%

Fonte: SIAFI2016 e SIAFI2018.

De acordo com a tabela anterior, os BENS DE USO ESPECIAL correspondem a 87,74% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial, perfazendo o montante de R\$ 4.001.456.000,00 (quatro bilhões, um milhão, quatrocentos e cinquenta e seis mil reais) em 31/03/2018 a valores brutos.

Em síntese, os BENS DE USO ESPECIAL os quais consideram os mais relevantes na composição do Patrimônio Imobiliário Federal são constituídos conforme relação abaixo.

Tabela 2 – Bens de Uso Especial – Composição

Bens de Uso Especial – Composição	R\$ mil		
	31/03/2018	31/12/2017	AH(%)
Fazendas, Parques e Reservas	190.717	191.139	%
Terrenos, Glebas	190.423	194.447	%
Aquartelamentos	-	-	
Imóveis de Uso Educacional	542	542	%
Edifícios	933.728	930.800	%
Complexos, Fábricas e Usinas	1.603.573	1.603.573	%
Imóveis Residenciais e Comerciais	36.674	36.561	%
Aeroportos, Estações e Aeródromos	663	663	%
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	554.745	574.518	%
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	-	52	
Total	3.511.065	3.532.295	%

Fonte: SIAFI2017 e SIAFI2018.

CESSÃO DE USO – BENS CEDIDOS

ÓRGÃO	Valor em 31/03/2018	Valor em 31/12/2017
MAPA-Adm. Direta	1.267.344,29	1.267.344,29
CONAB	28.675.278,38	28.675.278,38
Total	29.942.622,67	29.942.622,67

COMODATO DE BENS – CONCEDIDOS

ÓRGÃO	Valor em 31/03/2018	Valor em 31/12/2017
MAPA-Adm. Direta	54.464,10	54.464,10
Embrapa	7.933.594,70	7.516.499,74
CONAB	3.150,00	3.150,00
Total	7.991.208,80	7.574.113,84

MERCADORIAS E BENS EM PODER DE TERCEIROS

ÓRGÃO	Valor em 31/12/2018	Valor em 31/12/2017
MAPA-Adm. Direta	13.026.543,58	13.026.543,58
Embrapa	68.051,90	-
CONAB	807.533.194,84	830.851.488,58
Total	820.627.790,32	843.878.032,16

(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFI Web, Macrofunção 02.03.30, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014. As empresas públicas e sociedades de economia mista, que devem seguir a Lei nº 6.404/1976, embasam seus procedimentos nas leis próprias e nos normativos fiscais, o que pode acarretar algumas divergências.

Em níveis do MAPA não foi vislumbrado as reavaliações e reduções ao valor recuperável dos bens por conta contábil anteriores ao ano de 2010, tendo em vista que o Gestor do principal Sistema de Controle Patrimonial, o ASI da Linkdata S/A, que englobam as Superintendências Federais de Agricultura e os Laboratórios Nacional Agropecuário, não se manifestou em nenhum momento, mesmo mediante várias tentativas documentais por Notas Técnicas emitidas pela Setorial Contábil.

O Gestor do Sistema de Controle Patrimonial da CEPLAC, também não se manifestou quanto às providências da Macrofunção SIAFI Web 02.03.35.

O Gestor do Sistema de Controle Patrimonial do INMET e seus Distritos Meteorológicos providenciou ao registro da conta de REDUCAO AO VALOR RECUP DE IMOBILIZADO, conforme abaixo, porém não apresentou nenhuma informação de como foi embasado tais registros:

UNIDADE GESTORA	VALOR R\$
INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA	14.928.729,12
DISTRITO DE METEOROLOGIA DE RECIFE	802.104,60
DISTRITO DE METEOROLOGIA DE SALVADOR	575.980,39
DISTRITO DE METEOROLOGIA DE BELO HORIZONTE	1.520.807,14
DISTRITO DE METEOROLOGIA DO RIO DE JANEIRO	1.892.294,21
DISTRITO DE METEOROLOGIA DE MANAUS	1.003.960,59
DISTRITO DE METEOROLOGIA DE BELEM	1.474.627,31
TOTAL	22.198.503,36

(a.1) Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoração, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

(a.2) Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

- A) O Mapa avaliou bens recebidos da APO – Autoridade Pública Olímpica os quais foram enviados em 21/02/2017 pelo valor bruto e com entrada no Sistema de Controle Patrimonial da Linkdata e no Sistema SIAFI a APO estornou o valor bruto em 23/02/2017 e lançou pelo valor líquido contábil. Para o devido acerto e tendo em vista que os bens estavam seminovos foram reduzidos o valor e a vida útil pelo restante a serem depreciados.

Unidade Doadora	Unidade Reecedora	Documento no SIAFI	Processo	VALOR TOTAL
913001	130005	2017PA000001	91214.000653/2016-12 – doação de bens pelo valor bruto.	46.603,39 (Estornada)
913001	130005	2017PA000004	91214.000653/2016-12 – doação de bens pelo valor líquido contábil.	33.162,46

- B) A área de patrimônio da Embrapa emitiu Nota Técnica informando que os bens móveis, semoventes e benfeitorias estão registrados contabilmente com valores compatíveis àqueles aplicados no mercado.
- C) A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguiram as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual SIAFI Web, Macrofunção 02.03.30, disponível no sítio da STN (www.tesouro.gov.br).

(a.3) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCC) sobre os ativos de infraestrutura, definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação, bem como a respectiva depreciação, amortização ou exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável para os bens de infraestrutura terá o prazo para implantação desses procedimentos contábeis até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

(a.4) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG – 1T/2018

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Ajustes de Exercícios Anteriores realizados em contrapartida no Imobilizado

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do Patrimônio Líquido.

Ajustes de Exercícios Anteriores

UG	Conta(s) Envolvida(s)	Valor	Motivo do Lançamento
SFA/M	123810100-Depreciação Acumulada	-16.227,35	Ajuste da Depreciação Acumulada conforme solicitação da Setorial de Contabilidade.
LANAGRO/MG	124810100-Amortização Acumulada	-3.089.718,67	Ajuste da Depreciação e Amortização Acumuladas.
SFA/SP	123810100-Depreciação Acumulada	-259.587,17	Regularização do saldo de Depreciação Acumulada por reprocessamento pela empresa LinkData.
SFA/AC	123810100-Depreciação Acumulada	-57.932,04	Registro da complementação/estorno da depreciação após análise da Linkdata na base de dados em que foi verificado que a versão do ASI estava alterando o ano /mês de início de depreciação erroneamente de bens que sofreram transferência de UL mesmo estando já depreciando. Desta forma o sistema zerava a depreciação e calculava o acumulado novamente, período de dezembro/2016 a abril/2017.
LANAGRO/RS	123110301-Aparelhos e Utensílios Domésticos	0,01	Em 04/02/2016 foi lançada a NF 6084/2016 - Dirceu Longo e Cia Ltda., CNPJ nº 92.823.764/0001-03, no valor de R\$ 0,01 a mais que o empenho, pois eram dois produtos (processador de alimentos) e o ASI efetuou o arredondamento do valor.
EMBRAPA	DIVERSAS CONTAS	2.820.601,80	Diversos lançamentos contábeis à conta de Ajustes de Exercícios Anteriores
TOTAL GERAL		-602.863,42	

Nota nº 005 – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros.

No Mapa não há ativos intangíveis gerados internamente.

Também não há Ativos intangíveis obtidos a título gratuito a serem avaliados.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas devem ser testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

O Mapa não procedeu aos testes de ativos intangíveis referente a perdas por redução ao valor recuperável, pois há necessidade de rever vários lançamentos os quais era VPD ou de Vida Útil Indefinida, o que foi providenciado e regularizado em relação à UG 130005, quando então muitos lançamentos que eram característicos de serviços técnicos profissionais e não intangíveis foram baixados contra a conta de Ajustes de Exercícios Anteriores por se tratar de prática indevida da UG, assim como regularizações de lançamentos registrados em Intangíveis de Vida Útil Definida quando eram Indefinida e vice-versa.

Conforme anexo à Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015, DOU 29/09/2015, o Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIP-CP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação, preparação de sistemas desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Em 31/03/2018, o Mapa apresentou um saldo de R\$ 24.008.000,00 (vinte e quatro milhões e oito mil reais) relacionados a intangível, líquidos de amortização.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2018 (1º Trimestre) e 2017 (4º Trimestre):

Tabela 3 – Intangível – Composição.

Intangível – Composição	R\$ mil		
	31/03/2018	31/12/2017	AH(%)
Software com Vida Útil Definida	53.408	53.153	0,48%
Software com Vida Útil Indefinida	1.056	462	128,57%
Marcas Direitos e Patentes - Vida Útil Definida	376	376	%
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida	-	-	
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado	-	-	
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Indeterminado	-	-	
Amortização Acumulada	-32.291	-29.075	11,06%
Redução ao Valor Recuperável de Intangível	-	-	
Softwares Não Localizados	1.457	1.457	-
Total	24.008	26.374	-8,97%

Fonte: SIAFI2017, 2018, Tesouro Gerencial.

No intangível, destaca-se o item Software com Vida Útil Definida principalmente a Unidade Gestora da CGEOF / CGRL no valor de R\$ 24.521.000,00 (vinte e quatro milhões e quinhentos e vinte e um mil reais), que representa cerca de 43,55% do total do grupo que é R\$ 56.299.000,00 (cinquenta e seis milhões e duzentos e noventa e nove mil reais).

Advindos do extinto MPA o valor de R\$ 1.278.000,00 da empresa XYS Tecnologia Ltda., por lançamentos de transposição de saldos, este software não foi localizado pela CGTI – Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação, o que resultou em transferência para a conta de 124119900 – Softwares Não Localizados, assim como o valor de R\$ 178.418,00 da empresa CIMCORP – Com. Internacional e Inform.

As adições e baixas efetuadas até o 1º Trimestre/2018, foram:

UNIDADE	ADIÇÕES		BAIXAS	
	DESCRIÇÃO	VALOR	DESCRIÇÃO	VALOR
130005 – CGEOF/DA/SE/MAPA	Apropriação de NF emitida pela empresa Indra Brasil Soluções e Serviços Tecnológicos referente a desenvolvimento de licença de software com vida útil indefinida. Sistema de monitoramento de atos normativos. Rp 90322001.	102.998,56	-	-
130005 – CGEOF/DA/SE/MAPA	Apropriação de NF emitida pela empresa Indra Brasil Soluções e Serviços Tecnológicos referente a desenvolvimento de licença de software com vida útil indefinida. Sigabc - Sistema de Governança do Plano ABC. Rp 90322025.	162.084,79	-	-
130005 – CGEOF/DA/SE/MAPA	Apropriação de NF emitida pela empresa Indra Brasil Soluções e Serviços Tecnológicos referente a desenvolvimento de licença de software com vida útil indefinida. Sistema de seleção de adidos agrícolas - adidos. Rp 90322026.	115.064,11	-	-
130005 – CGEOF/DA/SE/MAPA	Apropriação de NF 2.678 emitida pela empresa Abra Informática Ltda.-EPP referente a software com vida útil indefinida. Autocad. Rps 90322027, 90322028 e 90322029.	55.999,98	-	-
130005 – CGEOF/DA/SE/MAPA	Apropriação de NF emitida pela empresa Indra Brasil Soluções e Serviços Tecnológicos referente a desenvolvimento de licença de software com vida útil indefinida. Smw - sistema mapa web. Rp 90322027.	158.406,27	-	-
135006 – EMBRAPA/CPATU	Liquidação ref. Aquisição de software, conforme Danfe 158, ap.sps.sei.488709, Processo 21159.000581/2018-93, pregão 53/2017, Processo 103/2017, ocs 301/2017. Pa: 10.nc011-sfb7solos, 0300 Convenio fonte 0196441020. Ptes-110184.nc0011.	2.899,00	-	-
135046 – EMBRAPA/SGE-EFI	Pagamento da NFe1101 referente à serviços técnicos especializados em desenvolvimento, manutenção e modelagem de sistemas de informação do DTI nas plataformas Java, Android e IOS. Contrato n 12300.15/0012-0-01 - Nota de Recebimento .	2.295,18	-	-
135046 – EMBRAPA/SGE-EFI	Pagamento da NFe1102 referente à serviços técnicos especializados em desenvolvimento, manutenção e modelagem de sistemas de informação do DTI nas plataformas Java, Android e IOS. Contrato n 12300.15/0012-0-01 - Nota de Recebimento 2018000005.	48.828,06	-	-
135046 – EMBRAPA/SGE-EFI	Pagamento da NFe1104 referente à serviços técnicos especializados em desenvolvimento, manutenção e modelagem de sistemas de informação do DTI nas plataformas Java, Android e IOS. Contrato n 12300.15/0012-0-01 - Nota de Recebimento 2018000006.	15.362,89	-	-
135046 – EMBRAPA/SGE-EFI	Pagamento da NFe1103 referente à serviços técnicos especializados em desenvolvimento, manutenção e modelagem de sistemas de informação do DTI nas plataformas Java, Android e IOS. Contrato n 12300.15/0012-0-01 - Nota de Recebimento 2018000004.	32.160,99	-	-
135046 – EMBRAPA/SGE-EFI	Pagamento da NFe1101 referente à serviços técnicos especializados em desenvolvimento, manutenção e modelagem de sistemas de informação do DTI nas plataformas Java, Android e IOS. Contrato n 12300.15/0012-0-01 - Nota de Recebimento 2018000002.	3.123,30	-	-
135046 – EMBRAPA/SGE-EFI	Pagamento da NFe1116 referente à serviços técnicos especializados em desenvolvimento, manutenção e modelagem de sistemas de informação do DTI nas plataformas Java, Android e	13.273,54	-	-

Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG – 1T/2018

	IOS. Contrato n 12300.15/0012-0-01 - Nota de Recebimento 2018000007.			
135046 – EMBRAPA/SGE-EFI	Apropriação do uso de Licenças de Software com suporte técnico Autodesk Building Design Suite Premium 2017 - Item 2 do Contrato Nº SEI Nº0403265 - Processo Nº 21148.000006/2018-10 oriundo da participação no Pregão Eletrônico Nº 11/2017 - Pagamento conforme cláusula terceira e cláusula quinta do contrato - NR: 2018000011 - NFS-E 2228.	48.360,00	-	-
135046 – EMBRAPA/SGE-EFI	Pagamento da NFe1126 referente à serviços técnicos especializados em desenvolvimento, manutenção e modelagem de sistemas de informação do DTI nas plataformas Java, Android e IOS. Contrato n 12300.15/0012-0-01 - Nota de Recebimento 2018000009.	7.218,70	-	-
135046 – EMBRAPA/SGE-EFI	Pagamento da NFe1127 referente à serviços técnicos especializados em desenvolvimento, manutenção e modelagem de sistemas de informação do DTI nas plataformas Java, Android e IOS. Contrato n 12300.15/0012-0-01 - Nota de Recebimento 2018000010.	8.217,57	-	-
135046 – EMBRAPA/SGE-EFI	Pagamento da NFe1129 referente à serviços técnicos especializados em desenvolvimento, manutenção e modelagem de sistemas de informação do DTI nas plataformas Java, Android e IOS. Contrato n 12300.15/0012-0-01 - Nota de Recebimento 20180000.	12.287,57	-	-
135046 – EMBRAPA/SGE-EFI	Pagamento da NFe1138 referente à serviços técnicos especializados em desenvolvimento, manutenção e modelagem de sistemas de informação do DTI nas plataformas Java, Android e IOS. Contrato n 12300.15/0012-0-01 - Nota de Recebimento 2018000021.	60.877,75	-	-

Redução ao valor recuperável de ativos – *Impairment*

O Mapa não avaliou os ativos do intangível se há indícios de não recuperação do seu valor contábil. Os ativos vinculados ao desenvolvimento e aqueles que têm vida útil indefinida, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor e isso não ocorreu em primeiro lugar por falta de pessoal qualificado.

Na aplicação do teste de redução do valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o valor de mercado de um ativo menos o custo para a sua alienação, ou o valor que a entidade do setor público espera recuperar pelo uso futuro desse ativo nas suas operações, o que for maior.

Também não foi providenciado nenhuma mensuração de Ativos Intangíveis em nenhum no Mapa.

Ajustes de Exercícios Anteriores realizados no Intangível

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

UG	Conta(s) Envolvida(s)	Valor	Motivo do Lançamento
LANAGRO/MG	124810100-Amortização Acumulada	-3.089.718,67	Ajuste da Amortização Acumulada conforme solicitação da Setorial de Contabilidade.
TOTAL GERAL		-3.089.718,67	

Nota nº 006 – Investimentos

Os investimentos no MAPA são compostos por: (i) participações permanentes; (ii) propriedades para investimento; e (iii) demais investimentos.

Participações Permanentes

Tabela nº 1 – Investimentos – Composição

	31/03/2018	31/12/2017	R\$ mil AH (%)
Participações Permanentes	43.972	43.977	-0,01%
Propriedades para Investimento	-	-	-
Demais Investimentos Permanentes	1.704	1.682	1,31%
(-) Depreciação Acumulada de Investimentos	-	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos	-7.812	-7.812	-
Total	37.865	37.847	0,05%

Fonte: SIAFI2017 e 2018.

Os investimentos permanentes da Embrapa são realizados na forma de participação societária em empresas estaduais de pesquisa agropecuária, assistência, extensão rural e difusão de tecnologia, necessárias à consecução do seu objeto social e no Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND). As participações permanentes representam os investimentos realizados em Empresas Públicas e em Fundos e quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

Observa-se que houve uma diminuição na Participação em Empresas. Essa variação foi influenciada principalmente por resultado da Equivalência Patrimonial da Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte. Os investimentos na Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A – EMEPA/PB e na Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte S/A – EMPARN são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, em razão de a Embrapa ser titular de mais de 20% do capital votante dessas empresas, sem controlá-las. Cabem destacar os seguintes fatos:

Tabela 2 - Participações Permanentes – Composição por investimento

Entidade	Principal segmento de atuação	Valor investimento (R\$ milhares)	% de Participação da Embrapa	Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto) 2016	Resultado (Prejuízo) do Exercício 2016
- Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA ⁽¹⁾	Agricultura	631.059,00	7,74	(501.911.027)	(13.829.180)
Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A – EMEPA/PB	Agricultura	1.430.480,25	45,00	3.178.845,00	1.456.182,00
- Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina S/A – EPAGRI	Agricultura	5.279.722,00	4,74	(30.261.558,00)	(32.031.834)
- Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural S/A – EMPAER/MT	Agricultura	150.661,00	0,43	-	-
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – EMATER	Agricultura	2.392,90	0,01	57.905.735,96	315.463,52
- Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte S/A – EMPARN	Agricultura	726.984,37	49,00	(1.805.278,00)	526.557,00
- Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND)		916.403,59	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI e Demonstrações Contábeis das empresas, (1) Última Demonstração apresentada 05/09/2016 – EBDA em processo de Liquidação. (Embrapa)

Tabela 3 – Mutações dos Investimentos – Participações Permanentes

EMBRAPA

Entidade	Saldo em 31/12/2016	Aportes de Capital	Resultado de Participação em Investimentos	Dividendos	Outros Resultados	Saldo em 31/03/2018.
EMEPA/PB	1.430.480,25	-	-	-	-	1.430.480,25
EMPARN	726.984,37	-	-	-	-	726.984,37
Total	2.157.464,62	-	-	-	-	2.157.464,62

Fonte: SIAFI e Demonstrações das Empresas apresentadas à Embrapa.
*Valores não consolidados

Demais Investimentos

Os demais investimentos da EMBRAPA representam no valor de 508.154,15, são compostos por participações em companhias do ramo de telefonia com ações negociadas na bolsa de valores BM & FBOVESPA. A Embrapa já iniciou o processo de alienação das ações, apresentando a seguinte composição:

Tabela 4 - Composição das ações investimento

						R\$ mil
Companhia	Quantidade	Tipo	Valor Unitário	Valor Total	Banco	UG Responsável
CPFL ENERGIA S/A	20	ON	24,64	492,80	BB	135046
OI S/A	4.545	ON	3,56	16.180,20	BB	135046
OI S/A	3.289	PN	3,56	11.708,84	BB	135046
CONTAX	1.000	EO	4,16	4.160,00	Itaú	135046
CONTAX	1.000	EP	0,01	10,00	Itaú	135046
EMBRATEL	271.569	EO	0,01	2,71	Itaú	135046
EMBRATEL	1.429.772	EO	0,01	14,29	Itaú	135046
EMBRATEL	1.121.542	EP	0,01	11,21	Itaú	135046
TELEFONICA BRASIL	187	PN	51,01	9.538,87	Bradesco	135032
TELEFONICA BRASIL	137	PN	51,01	6.988,37	Bradesco	135033
TELEFONICA BRASIL	125	PN	51,01	6.376,25	Bradesco	135046
TELEFONICA BRASIL	18	PN	51,01	918,18	Bradesco	135035
TELEFONICA BRASIL	12	ON	45,45	545,40	Bradesco	135046
TIM PARTICIPAÇÕES	52	ON	14,48	752,96	Bradesco	135046
TIM PARTICIPAÇÕES	312	ON	14,48	4.517,76	Bradesco	135046
TELEFONICA BRASIL	2.942	ON	45,45	133.713,90	Bradesco	135046
TELEFONICA BRASIL	3.547	PN	51,01	180.932,47	Bradesco	135046
TIM PARTICIPAÇÕES	4.715	ON	14,48	68.273,20	Bradesco	135046
TELEBRAS	142	ON	36,4	5.168,80	Bradesco	135046
TELEBRAS	112	PN	18,37	2.057,44	Bradesco	135046
TELEFONICA BRASIL	554	ON	45,45	25.179,30	Bradesco	135046
TIM PARTICIPAÇÕES	523	ON	14,48	7.573,04	Bradesco	135046
TELEBRAS	27	ON	36,4	982,80	Bradesco	135046
TELEFONICA BRASIL	208	PN	51,01	10.610,08	Bradesco	135046
TIM PARTICIPAÇÕES	666	ON	14,48	9.643,68	Bradesco	135046
TIM PARTICIPAÇÕES	104	ON	14,48	1.505,92	Bradesco	135046
CPFL	12	ON	24,64	295,68	Bradesco	135046
Total				508.154,15		

Fonte: Embrapa

CONAB – Participações em Empresas (MEP)

Entidade	Saldo em 31/12/2017	Aportes de Capital	Resultado de Participação em Investimentos	Dividendos	Outros Resultados	Saldo em 31/03/2018
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	838.268,33	-	-	-	-	838.268,33
FND	69.074,55	-	-	-	-	69.074,55
Sanyo da Amazônia	840,02	-	-	-	-	840,02
Banco da Amazônia SA	137.559,31	-	-	-	-	137.559,31
Ribeiro Cordeiro Ind. e Com. SA	334.135,09	-	-	-	-	334.135,09
Frigorífico Vale do Tocantins S.A.	232.646,57	-	-	-	-	232.646,57
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	81.444,72	-	-	-	-	81.444,72
Vicunha Têxtil S/A	1.720,50	-	-	-	-	1.720,50
Agrícola Vale do Mangereba Ltda.	35.304,54	-	-	-	-	35.304,54
Cicanorte Industria de Conservas Alimentícias S/A	8.411,24	-	-	-	-	8.411,24
CCN	4.906,60	-	-	-	-	0,00
Casemg	13.791.215,87	-	-	-	-	13.791.215,87
Brasagro	13.441,19	-	-	-	-	13.441,19
Companhia Materiais Sulfurosos Matsulfur	12.584,40	-	-	-	-	0,00
Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A	840,02	-	-	-	-	840,02
Logasa	39.947,25	-	-	-	-	39.947,25
LAFARGEHOLCIM (Brasil) S.A.	0,00	-	-	-	-	12.584,40
Morada do Sol Participações S/A	34.694,02	-	-	-	-	34.694,02
Ceagesp	962.333,73	-	-	-	-	962.333,73
Companhia Paranaense de Energia	840,03	-	-	-	-	840,03
Cia. de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná	2.918.437,66	-	-	-	-	2.918.437,66
Comfio Companhia Catarinense de Fiação	4.555,46	-	-	-	-	4.555,46
Refinadora Catarinense S.A.	16.513,39	-	-	-	-	16.513,39
Companhia Estadual de Silos e Armazéns	8.214.743,55	-	-	-	-	8.214.743,55
Total	27.754.458,04	-	-	-	-	27.749.551,44

Fonte: CONAB

Propriedades para Investimento

No âmbito do Ministério não há propriedades para investimentos referente a bens móveis e imóveis.

Demais Investimentos

Os demais investimentos representam R\$ 1.682 e não foram mensurados nem avaliadas.

Quando mensuráveis, são registradas às reduções ao valor recuperável (*impairment*), fruto de avaliações periódicas.

O registro da Redução ao Valor Recuperável dos Investimentos refere-se pelo Custo conforme registro contábil, foi em função da constituição de provisões por processos falimentares de algumas empresas, tais como: CASEGO – Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Goiás.